



UFRJ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE LETRAS**

**ELIZABETH PESSANHA NOGUEIRA**

**O PAPEL DO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO  
ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E COMO  
AUXILIAM NA INCLUSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

Rio de Janeiro

2022

**Elizabeth Pessanha Nogueira**

**O PAPEL DO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO  
ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E COMO  
AUXILIAM NA INCLUSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

Monografia submetida à faculdade de Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciatura em Letras na habilitação de Português-  
Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scofano.

Rio de Janeiro

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

P778p Pessanha Nogueira, Elizabeth  
O PAPEL O AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL  
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E COMO AUXILIAM NA  
INCLUSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA. / Elizabeth  
Pessanha Nogueira. -- Rio de Janeiro, 2022.  
43 f.

Orientador: Reuber Gerbassi Scofano .  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Letras, Licenciado em Letras: Português -  
Literaturas, 2022.

1. Inclusão em Língua Portuguesa. 2. Agente de  
Apoio da Educação Especial - AAEE. 3. Educação  
Inclusiva. I. Gerbassi Scofano , Reuber , orient.  
II. Título.

**ELIZABETH PESSANHA NOGUEIRA**

**O PAPEL DO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO  
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E COMO AUXILIAM NA  
INCLUSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
UFRJ, como parte dos requisitos necessários  
para a obtenção do título de Licenciado em  
Letras na habilitação Português-Literaturas.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr.: Reuber Gerbassi Scofano -UFRJ (Presidente da Banca Examinador)

Prof..Dr. Alexandre Palma da Silva - UFRJ (Leitor Crítico)

Rio de Janeiro  
2022

o

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, porque dele e por ele são todas as coisas, desse modo, não tenho palavras para expressar minha gratidão por tudo que tem feito a mim, em especial por me ajudar a chegar onde pensei ser impossível: à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Sou grata pelas pessoas incríveis que pôs ao meu lado e pela vida.

Gratidão aos meus pais, João Nogueira e Elmice Nogueira, que sempre me incentivaram e nunca mediram esforços para me ajudar e me deram muito amor. Sou grata também à minha irmã Joziane Nogueira Gomes, que sempre esteve comigo. Obrigada por estarem ao meu lado e serem meu porto seguro, essa conquista também é de vocês.

Agradeço em memória ao meu Tio Nelson Nogueira, patriarca da família, que ao ver o quadro de formatura da minha irmã disse que um dia o meu estaria lado a lado, ele sempre incentivou nossa família a estudar, seu sonho era ver muitos Nogueiras graduados e isto tem acontecido. Porém, eu sou a primeira a entrar em uma universidade pública.

O meu obrigado, a minha terapeuta Carol Neves, que me incentivou a lutar por meus sonhos e objetivos, ajudou-me sair do meu lugar de conforto, vencer meus medos e ir à luta. Sua ajuda foi de grande importância no momento que mais precisei nunca esquecerei.

Aos meus amigos, companheiros queridos de graduação: Thaís Labanca, Caio César e Jacqueline Souza que sempre estiveram comigo, meus presentinhos de Deus. Desde o primeiro período até o último sempre ao meu lado, o nosso lema poderia ter sido um por todos e todos por um. Faltam-me palavras para externar o carinho e gratidão que tenho por vocês.

Agradeço ao meu orientador, o professor Reuber Gerbassi Scofano por aceitar me ajudar e fazer parte desse momento tão importante e desejado. Muito Obrigada!

Também sou muito grata a todos os meus professores por me proporcionar todas essas experiências e aprendizagens. São seis anos de convivência no noturno, acredito que

levo um pouco de cada um. Em especial agradeço aos professores Auto Lyra, Cláudia Luna e Ary Pimentel, que além de profissionais altamente capacitados, são seres humanos excepcionais que fizeram a diferença em minha vida.

Aos meus colegas de profissão os “AAEEs” por suas contribuições em minha pesquisa, em especial a Teresa Cristina, aos professores colegas de trabalho que sempre me trataram com muito carinho, me incentivaram a seguir em frente. Sou grata aos professores de Língua Portuguesa da unidade escolar onde atuo, pois todas as vezes que pedi ajuda ou orientações sempre me auxiliaram com boa vontade.

Quero agradecer em especial à professora de língua portuguesa Monica Aniceto, amiga e colega de trabalho, por suas contribuições significativas, pelo apoio, conselhos, orientação, nunca me negou ajuda. Tenho aprendido muito observando suas práticas pedagógicas em sala de aula e fora dela.

Por fim agradeço a todos meus amigos, irmãos, familiares, vizinhos, pessoas muito importantes para minha vida, que me escutaram, me motivaram, oraram e sempre acreditaram em mim.

**NOGUEIRA, Elizabeth. O PAPEL DO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E COMO AUXILIAM NA INCLUSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Trabalho de conclusão da graduação em Letras Português-Literatura. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

## **RESUMO**

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa que foi realizada com profissionais de cinco escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi demonstrar a função dos agentes de apoio da educação especial que atuam no município do Rio e também de buscar respostas para os seguintes questionamentos: Quem são os AAEs? Qual o seu papel? Qual o público alvo atendido por eles? Como os agentes de apoio auxiliam na inclusão dos alunos com necessidades especiais? E como é feita a inclusão na disciplina de Língua Portuguesa? Para tanto, foi necessário fazer uma entrevista com esses profissionais de apoio, professores de língua portuguesa e profissionais da direção das unidades escolares. Desse modo, esta investigação visa compreender como esses profissionais atuam, quais são as suas práticas pedagógicas e se verdadeiramente tem ocorrido a inclusão conforme a lei determina. Sendo assim, os dados demonstram que a inclusão dos alunos que possuem necessidades especiais no município do Rio de Janeiro, tem acontecido; todavia, a prática escolar ainda precisa ser reavaliada, tanto na questão do planejamento de ensino quanto na questão da adaptação dos materiais escolares, pois, as implicações destas na qualidade do ensino são extremamente relevante para que ocorra a efetivação da inclusão escolar, exigindo um fazer pedagógico que compreenda os problemas na aprendizagem como construções sociais.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, inclusão escolar, agente de apoio da educação especial, necessidades especiais.

## **ABSTRACT**

**This work is the result of a survey that was carried out with professionals from five municipal schools in the city of Rio de Janeiro, whose objective was to demonstrate the performance of special education support agents who work in the city of Rio and also to seek answers to the following questions: Who are the AAEs? What is your role? What is the target audience served by them? How do support agents assist in the inclusion of students with special needs? And how is the inclusion in the Portuguese language discipline done? Therefore, it was necessary to conduct an interview with these support professionals, Portuguese language teachers and professionals from the management of the school units. Thus, this investigation aims to understand how these professionals act, what are their pedagogical practices and if inclusion has truly occurred as determined by law. Thus, the data show that the inclusion of students with special needs in the city of Rio de Janeiro has been happening; however, school practice still needs to be reassessed, both in terms of teaching planning and in terms of adapting school materials, since their implications for the quality of teaching are extremely relevant for the realization of school inclusion to occur, requiring a pedagogical practice that understands learning problems as social constructions.**

**Keywords: school inclusion, special education support agent, special needs, Portuguese language.**

## **LISTA DE ABREVIATURA**

AAEE	Agente de Apoio da Educação Especial.
AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DI	Deficiência Intelectual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IHA	Instituto Helena Antipoff
LDB	Lei Diretrizes Brasileira
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
PAEI	Profissional de Apoio a Educação Inclusiva
SMC	Secretaria Municipal de cultura
SME	Secretaria Municipal de Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO BRASIL .....	11
2.1	QUEM SÃO OS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E QUAL O SEU PAPEL? .....	13
2.2	PÚBLICOS-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	15
3	ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO E FINALIDADE DA PESQUISA.....	16
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
5	METODOLOGIA.....	19
6	A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA COM O AUXÍLIO DOS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RJ. ....	20
6.1	AS ESTRATÉGIAS E RECURSOS UTILIZADO PELOS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: .....	23
6.2	OS DESAFIOS E DIFICULDADES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E/ OU LITERATURA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	24
6.3	MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO À DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA. ....	25
7	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	27
7.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS .....	28
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS:.....	34
	APÊNDICE A .....	36
	APÊNDICE B - Entrevista Transcrita .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

Nas escolas de ensino regular do município do Rio de Janeiro, o número de alunos, público-alvo da Educação Especial, tem crescido a cada ano devido à implantação de políticas públicas para inclusão escolar, um grande desafio para educadores e gestores escolares na construção de saberes que observam a realidade da educação diversificada.

Assim, a ideia dessa pesquisa surgiu devido ao meu trabalho como Agente de Apoio da Educação Especial, em uma unidade escolar da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro. Essa atuação pedagógica acabou criando interesse e necessidade de conhecer como melhor ensinar pessoas com alguma deficiência, desse modo busco cada dia compreender suas dificuldades, especificidades, habilidades e desafios.

Apesar de que, durante a minha graduação no Curso de Licenciatura em Letras: Português e Literaturas e no estágio pouco se falou sobre Educação Especial, não tive nenhuma disciplina que trata-se a respeito do assunto, e os meus colegas de trabalho e professores, foram unânimes em declarar não saber lidar com o público alvo da educação especial por não terem sido preparados em suas graduações.

Outrossim, na unidade escolar em que trabalho como profissional de apoio da educação especial, auxiliando os alunos incluídos, minha atenção se voltou para Educação Inclusiva. Por isso, queremos compartilhar observações, dúvidas, práticas, experiências dos AAEEs e também dos docentes de língua portuguesa para que possamos de alguma forma tentar contribuir com reflexões para esse trabalho tão relevante que é a Inclusão escolar.

Ademais, a proposta dessa pesquisa tem como objetivo principal tentar analisar o papel do agente de apoio da educação especial no município do Rio de Janeiro nas escolas de ensino fundamental e como auxiliam na inclusão da disciplina de Língua Portuguesa, quais são as barreiras e desafios nas práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Língua Portuguesa e/ou Literatura, realizadas pelos AAEEs que apoiam os professores nas escolas da secretaria municipal do Rio de Janeiro –RJ, e demonstrar a aplicação de práticas e estratégias que possam ajudar na superação das barreiras de aprendizagem dos alunos com alguma deficiência.

Além disso, embora a legislação no Brasil assegure grandes avanços, a inclusão escolar ainda é um processo que enfrenta inúmeras dificuldades, pois é vista como um desafio para todos que estão envolvidos. Assim, é relevante a pesquisa de como é realizado esse serviço de apoio, de que forma ocorre nas escolas, quem são os agentes de apoio da educação especial e quais possíveis resultados dessa função.

A priori, o presente estudo objetiva contribuir com a análise acerca da atuação desses profissionais, observando como atuam em relação ao ensino de língua portuguesa junto ao público alvo da educação especial e ampliar estudos na temática. Vale confirmar que, nesta investigação, o objeto principal de estudo são os Agentes de Apoio à Educação Especial-AAEEs do município do Rio de Janeiro e seu fazer pedagógico em relação à disciplina de Língua Portuguesa.

As questões que nortearam o estudo foram: Quem são os Agentes de Apoio da Educação Especial no município do Rio de Janeiro? Como estão organizados e qual o seu papel/sua função no atendimento aos alunos com necessidades especiais no ensino regular? Qual seu público-alvo? Como os AAEEs auxiliam na disciplina de Língua Portuguesa?

Assim, espera-se que o presente trabalho analise e proponha discussões sobre o papel do Agente de Apoio e como tem sido feita a Inclusão dos alunos com necessidades especiais na disciplina de Língua Portuguesa, aponte novas realidades, aumente o interesse sobre a temática, considerando como uma função recente e real no ambiente escolar do Rio. Os objetivos específicos são: a) caracterizar os profissionais de apoio da Educação Especial no município do RJ; b) identificar o público atendido; c) investigar os impactos da atuação dos AAEEs no contexto da educação Inclusiva no ensino de língua portuguesa.

Logo, a expectativa deste estudo é ampliação da discussão sobre os AAEEs, para que a função seja mais bem compreendida e valorizada, sendo identificada distintamente de outras funções exercidas por outros profissionais especialistas na área. Também se almeja buscar contribuir para divulgar e incentivar a busca de mais conhecimentos, mais pesquisas para somar com a realidade dos profissionais de apoio e dos alunos acompanhados por eles.

## **2 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A POLÍTICA DE INCLUSÃO NO BRASIL**

A Educação Inclusiva teve como marco de surgimento a Declaração de Salamanca, em 1994, que foi resultado de uma conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Nessa perspectiva, segundo Mendes, no Brasil por muito tempo, a Educação Especial era separada do ensino regular, em que os alunos com deficiência eram matriculados em escolas especiais e ou classes especiais. Essa questão ocorreu até o fim da década de 90, quando vários movimentos voltados à inclusão escolar fizeram desencadear o surgimento de legislações voltadas para inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares (MENDES,2006).

Assim, na legislação brasileira, pode-se citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 9394/96), a resolução CNE–CBE- 02/2001, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Resolução nº 4/2009, a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Embora a legislação assegure grandes avanços, a inclusão escolar ainda é um processo que enfrenta inúmeras dificuldades, pois é vista como um desafio para todos que estão envolvidos. A inclusão educacional no nosso país está ainda em passos muito lento, nesse contexto, observando a necessidade de mudança do sistema educacional, deve enfatizar a prioridade na contratação de novos profissionais de apoio à inclusão. Assim, ocorreu o surgimento de uma nova figura no cenário da inclusão escolar no Brasil: O Profissional de Apoio à Inclusão (PAEI). Fazem parte deste grupo dos PAEI personagens existentes nas escolas que aparecem denominados como: mediador escolar, acompanhante terapêutico, auxiliar de vida escolar, estagiário de inclusão, agente de inclusão, dentre outros.

Na cidade do Rio de Janeiro foi criado o cargo: Agentes de Apoio à Educação Especial (AAEE) na lei 5623/2013 para acompanhar os alunos incluídos nas unidades regulares, mediar os alunos com deficiências nas atividades, acompanhando e colaborando com os alunos no espaço físico e no bem-estar social. Também foi criada a lei nº 6,432 de 20 de dezembro de 2018 que dispõe sobre a política de educação na perspectiva da Educação Inclusiva.

Observamos que conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, 2008).

Podemos observar que, tais medidas citadas acima, trouxeram um aumento significativo do número de matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais nos sistemas regulares de ensino. Entretanto, esse aumento não significa que o sistema educacional está organizado para atender à singularidade das pessoas com deficiência, pois muitos desses alunos chegam ao Ensino Fundamental II sem o domínio da leitura e escrita (LIMA; DANTAS, 2013).

O estudo de Drago (2011) sinalizou a alfabetização como um dos principais anseios dos pais com filhos no Ensino Fundamental II, pois, para a família, a leitura e a escrita estão relacionadas à autonomia e independência perante a sociedade letrada, e há certo atraso desses alunos na aprendizagem dos conteúdos curriculares escolares relacionados à leitura e escrita.

Nesse sentido, a disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II constitui um desafio, pois, à proporção que os alunos progredem para essa fase, o ensino torna-se mais distante do habitual dos discentes, uma vez que a língua nessa etapa passa a ser vista como um sistema de normas e regras gramaticais que os alunos devem dominar, impossibilitando a liberdade de escrita e o respeito aos diferentes ritmos de aprendizagens de cada aluno (LEITE, 1997).

Outrossim, segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010) a deficiência intelectual traz limitação para absorver

conteúdos, raciocínio e resolução de problemas o que, para Rossato, Constantino e Mello (2013), dificulta a aquisição da leitura e da escrita, porque, segundo os autores, a pessoa com esse tipo de patologia, ao não poder compreender a estrutura social e cultural que está inserida, tende a não ter o entendimento da importância e usabilidade da leitura e da escrita, ficando à margem da estrutura social e cultural.

Ademais, o ensino de Língua Portuguesa para os alunos com deficiência intelectual e outras necessidades especiais ainda vem sendo tratado de forma muito retraída, lenta. Porém, já existe alguns artigos, teses e estudos que enfatizam essa temática. Desse modo, observamos a importância de pesquisas que evidenciam não somente os processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos relacionados à leitura e a escrita, mas também os demais conteúdos curriculares da disciplina de Língua Portuguesa dirigidos aos alunos com necessidades especiais.

## **2.1 QUEM SÃO OS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E QUAL O SEU PAPEL?**

Os Agentes de Apoio da Educação Especial – AAEEs são profissionais que fazem parte do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro, ou seja, funcionários concursados que prestam apoio nas atividades executadas pelo Professor Regente e/ou Direção, contribuindo para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento e ao bem-estar, social físico e emocional dos alunos com necessidades especiais, incluídos nas turmas regulares ou matriculados em classes especiais.

Desse modo, O AAEE trabalha de forma permanente em sala de aula sendo descrito como o profissional que acompanha o aluno que possui necessidades e precisa de apoio contínuo. Este profissional atua auxiliando o professor e a equipe pedagógica, oportunizando um atendimento individual de acordo com as diferentes situações e dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Por consequência, suas responsabilidades genéricas e específicas de acordo com o edital do concurso de 2014 são muitas, entre elas: colaborar na estimulação da independência do aluno, auxiliar nas atividades direcionadas pelos professores dentro ou fora da sala de aula, cuidar da alimentação e da higiene do aluno.

O profissional de apoio, na sua origem, não é proposto com o intuito de auxiliar o professor regente da classe comum. Entretanto, compreende-se que a sua existência contribui para a organização do trabalho docente com os alunos da modalidade Educação Especial, já que as funções delegadas a esse profissional envolvem o ensino de elementos importantes para o desenvolvimento pessoal e acadêmico desses sujeitos. (Schreiber, 2012, p. 91).

Embora o trabalho dos AAEEs não tenha sido no início uma proposta de auxílio aos professores, ele tem sido fundamental para o trabalho destes. Sendo assim os agentes de apoio são um elo entre o aluno e os docentes, auxiliando a ambos e contribuindo para desenvolvimento e inclusão do aluno com necessidades especiais.

Outrossim, AAEEs estão ligados ao IHA- Instituto Helena Antipof estabelecimento público de ensino especializado em Educação Especial, pertencente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, centro de referência em Educação Especial no Brasil; e organizado de acordo com as CREs que são coordenadorias regionais de educação do Rio de Janeiro, ao todo são 11, atendendo um universo de 1.544 escolas nas modalidades de ensino: educação infantil, 1º e 2º segmento do ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA) com 644.138 alunos presentes em escolas dos bairros cariocas; onde também estão distribuídos os agentes de apoio nesta rede de escolas municipais cariocas que é a segunda maior rede da América Latina.

Sendo assim, em relação à educação especial, de acordo com dados da SME em 2021 demonstrou que a rede de ensino possui 17.924 alunos públicos alvo da educação especial, atendidos por escolas regulares ou classes especiais ou escolas de educação bilíngue (Libras- Língua Portuguesa) com uma rede de apoio com 4.655 profissionais (AAEE, estagiários, voluntários, intérpretes e instrutores de libras, agente de inclusão e professores do Atendimento educacional especializado.)

Nesse caso, podemos observar o grande número de profissionais que atuam na educação especial inclusiva e que os agentes de apoio estão incorporados neste processo. Conforme pesquisa mais recente da Prefeitura e citada anteriormente, os AAEEs são 1.262. Desta forma, é necessário expor as vivências, atribuições, lutas, inquietações e contribuições desses profissionais para o desenvolvimento de uma educação justa, igualitária, inclusiva e para todos.

Esta pesquisa irá destacar os Agentes de Apoio que atuam na 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) a qual atende os seguintes bairros: Penha Circular, Bonsucesso, Vigário Geral, Penha, Parada de Lucas, Jardim América, Cordovil, Brás de Pina, Ramos, Manguinhos, Olaria, Vila da Penha e Benfica.

O papel do Agente de Apoio (AAEE) é dar suporte físico e pedagógico para que haja acessibilidade às crianças público alvo da Educação Especial. Dessa maneira, assiste os incluídos em turmas regulares no município do Rio de Janeiro; sua função é auxiliar o aluno e o professor regente que irá identificar, elaborar e organizar recursos educacionais e de acesso eliminando as barreiras para a total participação dos discentes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com objetivo à autonomia e independência na escola e em todos os lugares.

## **2.2 PÚBLICOS-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

LEI Nº 6.984, de 5 de julho de 2021 Art. 2º - dispõe sobre o público alvo da Educação Especial no município do Rio de Janeiro.

Considera-se público-alvo da Educação Especial:

a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento/Transtornos do Espectro Autista: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Alunos com deficiência Intelectual (DI).

c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Observamos que o público alvo da educação especial varia de acordo com o município, não existe uma unidade nessa questão no Brasil.



### 3 ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO E FINALIDADE DA PESQUISA

A escolha desse objeto de estudo surgiu a partir das minhas próprias experiências e preocupações como AAEE e da observação das vivências e angústias dos meus colegas de cargo, da minha atuação no ensino de língua portuguesa para crianças com necessidades especiais sendo uma graduanda em Letra e de outros colegas estudantes de licenciaturas. Selecionamos a 4ª CRE devido ser a região da qual me encontro atuante como Agente de Apoio da Educação Especial.

Assim, este trabalho busca propor uma reflexão sobre a atuação, as atribuições, dificuldades e a verdadeira finalidade do cargo Agente de Apoio à Educação Especial e tem como principal característica identificar esses agentes e como trabalham à inclusão na disciplina de Português. Desse modo, foi necessário observar suas experiências, dúvidas e trajetórias, a fim de compreender como esta função contribuiu para destruir barreiras e promover práticas mais inclusivas, justas no âmbito escolar.

Segundo Werneck (1997) e Goffredo (1999) a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. A partir desta afirmação, procuramos investigar e refletir sobre estas indagações: Os Agente de Apoio à Educação Especial contribuem para o rompimento de barreiras comportamentais, de aprendizagem dentre outras? Os Agentes de apoio à Educação Especial promovem processos de inclusão? São parte do pedagógico ou são cuidadores? Como os Agentes de Apoio da Educação Especial trabalham a inclusão na disciplina de Língua Portuguesa?

Além disso, nesta pesquisa iremos buscar conhecer como ocorre a inclusão dos alunos público alvo da educação especial na disciplina de língua portuguesa nas escolas do município do RJ, como é o trabalho dos agentes de apoio com a orientação dos professores de português em relação aos alunos incluídos e quais estratégias e recursos utilizados pelos docentes com auxílio dos AAEEs no ensino de português numa perspectiva inclusiva. Também iremos observar se a inclusão nas unidades educacionais do município do Rio de Janeiro estão ocorrendo e de que forma.

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse trabalho foi desenvolvido com fundamento teórico relacionado a educação inclusiva e o ensino de Língua Portuguesa para os alunos com necessidades especiais. Desse modo, alguns dos autores que a pesquisa teve como fonte foram: Cláudia Werneck: Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997; Vera Lúcia Flôr Senechal de Goffredo: A Escola Como Espaço Inclusivo – MEC 1999; Rogério Drago: Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro, 2011; Enicéia Gonçalves Mendes 2006; Irlandé Antunes: Aulas de Português – Encontro & Interação 2003, entre outros.

Nesse sentido, tendo como objetivo aperfeiçoar a base teórica deste trabalho foram realizadas consultas em artigos, teses e dissertações na procura de pesquisas que analisassem práticas didáticas realizadas por professores de Língua Portuguesa e/ou Literatura que viessem contribuir para o ensino e aprendizagem de alunos com deficiências. As pesquisas foram feitas no período de junho a outubro de 2022, no Portal do Google Acadêmico. Os princípios utilizados para busca foram trabalhos que abordassem a Educação Inclusiva, o Ensino da Língua Portuguesa e Práticas pedagógicas de Inclusão escolar.

Ademais, a procura feita na internet foram selecionadas as seguintes temáticas: Língua Portuguesa, Educação inclusiva, Práticas pedagógicas, profissionais de apoio da Educação Especial e somente pesquisadas páginas em português, foram encontrados alguns trabalhos de diversos temas, com o utilização dessas temáticas acima, sendo que a minha busca ficou concentrada nos títulos dos trabalhos e experiências a respeito do assunto.

Abaixo algumas pesquisas com relação ao Ensino de Língua Portuguesa com práticas pedagógicas em Educação inclusiva:

No Artigo **“Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das políticas as práticas pedagógicas -Simone Gonçalves de Lima da Silva 2008.”** Referente a este trabalho podemos expor que o ensino de Língua Portuguesa para surdos segundo Silva (2008):

Há um considerável descompasso entre as práticas pedagógicas respaldadas pelas políticas educacionais vigentes e a realidade dos alunos surdos, pois não houve capacitações suficientes para os professores de Língua portuguesa, no qual o uso da linguística contrastiva português-libras não são conhecidos pelo professor. Há

também uma dificuldade para o ensino de Língua Portuguesa nas turmas onde se têm alunos inclusos surdos e ouvintes. O português ainda é visto como primeira língua e não a Libras.” (SILVA,2008)

Ainda segundo Simone Silva, para o ensino de português aos alunos surdos é preciso entrar na cultura deles, sabendo que alguns dominam a língua de sinais e outros não. Ela explica que existem alguns que tem a noção da oralidade, mas não conhecem a escrita.

Observamos, que a aquisição da Libras como primeira língua e do português como segunda língua são direitos amparados pelo Decreto n.º5.626 de 22/12/2005. e pela Lei n.º 10.436 de 24/04/2002, porém na prática o esses serviços educacionais não são existem.

No artigo **“Sobre o Ensino de Língua” Portuguesa e de Libras na Escola Inclusiva: a perspectiva dos alunos surdos envolvidos, de Alisson Gomes Gonçalves, e Maria Clara Maciel Ribeiro (2012):**

Concluiu-se que os resultados dessa pesquisa indicam que os alunos não têm aulas de Libras na escola e que apresentam dificuldades acentuadas na aprendizagem do português, no qual o processo de ensino-aprendizagem do português escrito tem se mostrado falho, devido a não estar sendo ampliado de forma significativa o conhecimento em Libras. (GONÇALVES; RIBEIRO, 2012).

Na pesquisa **“Letramento e Alunos Surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva” - Patrícia Paula Schelp 2009:**

Os resultados evidenciaram que o uso da escrita e da leitura na Língua Portuguesa está voltado para a codificação e decodificação dos signos linguísticos, não havendo assim, um significado para o aluno. São necessárias algumas mudanças para que o sujeito surdo possa ser reconhecido tanto no ambiente escolar quanto na sociedade e tenha a oportunidade de desenvolver-se integralmente. (SCHELP, 2009).

Estes são alguns dados e informações encontradas nas pesquisas dos trabalhos descritos acima que auxiliam, explicam e contribuem sobre o ensino de Língua Portuguesa, Educação Inclusiva e a aplicação de práticas pedagógicas para alunos com necessidades especiais para a superação de barreiras e dificuldades no ensino e aprendizagem desses alunos.

## 5 METODOLOGIA

Levando em conta o objetivo da pesquisa que é analisar a atuação dos AAEEs no contexto da escola pública inclusiva de ensino fundamental do município do Rio de Janeiro e como auxiliam a inclusão em Língua Portuguesa – optamos por anotações de campo das minhas vivências como apoio da educação especial e entrevista de alguns colegas de profissão. Desse modo, uma investigação de natureza aplicada, que visa à geração de conhecimento para solução de problemas específicos, dirigida à busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular. No caso, o papel do Agente de Apoio junto aos alunos público alvo da educação Especial para proporcionar acessibilidade e inclusão nas escolas regulares do município do Rio de Janeiro; buscando apresentar soluções para determinadas questões.

Também, uma pesquisa exploratória, que tem por objetivo esclarecer a questão da atuação dos AAEEs e a inclusão de crianças e adolescente com necessidades especiais na disciplina de português nas unidades escolares do Rio, através da familiaridade do pesquisador com os problemas objeto da pesquisa, para facilitar a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara. A pesquisa exploratória para Gil (2012) tem como objetivo esclarecer e desenvolver ideias, que servem para futuras pesquisas formulando e encontrando novos problemas. Segundo Marconi e Lakatos (2009) a pesquisa exploratória tem três finalidades: gerar hipóteses, conhecer mais sobre o assunto pesquisado e também atualizar conceitos.

Nessa perspectiva, foi utilizada pesquisa por levantamento, realizada para conhecimento e descrição da atuação dos apoios da Educação Especial das suas condições de trabalhos, das características dos alunos incluídos no ambiente escolar; por meio de perguntas diretamente aos próprios AAEEs, aos professores de Língua portuguesa e profissionais da unidade escolar. Geralmente não se entrevistam todos os indivíduos, apenas uma amostra significativa conforme foi feito neste trabalho com apenas alguns profissionais.

Desse modo, também foi utilizado uma abordagem qualitativa já que não há muitas produções acadêmicas ampla sobre o tema pesquisado, visando-se produzir informações sobre o objeto investigado, ou seja, é uma pesquisa de caráter exploratório e subjetivo, que estimula o entrevistado a pensar e a falar livremente sobre um tema.

## **6 A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA COM O AUXÍLIO DOS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DO RJ.**

Os alunos incluídos em sua maioria, fazem parte das turmas regulares nas escolas da cidade do Rio de Janeiro, sendo assim, participam de todas as aulas, inclusive, a de língua portuguesa. Porém, alguns docentes dizem ter muitas dúvidas, com respeito a como deve ser as práticas pedagógicas para esses discentes, com suas especificidades. Por isso, muitos professores apresentam a matéria sem nenhuma adaptação sendo necessária a presença do agente de apoio para auxiliar os incluídos trazendo compreensão e acessibilidade ao que foi ensinado.

Desse modo, a presença do agente de apoio com formação em língua portuguesa é de grande valia, pois através de seus conhecimentos facilita o desenvolvimento das habilidades e competências no aluno com suas dificuldades. Ainda que, em muitas graduações em Licenciaturas não exista uma disciplina voltada para educação especial.

Ademais, o conhecimento na disciplina de português ajuda o AAEE na sua atuação, porém é preciso saber como trabalhar com as muitas especificidades destes alunos. Desse modo, é preciso buscar o preparo para dedicar-se a esse público alvo e seguir as instruções dos documentos normativos da educação.

Nesse sentido, se atentarmos às orientações do BNCC, ele sugere nas práticas do ensino de Língua Portuguesa e/ou Literatura o uso de gêneros, textos que promovam às práticas de linguagem, alguns eixos de integração como: leitura, escrita oralidade, produção (escrita e multissemiótica), análise linguística/semiótica, fazendo com que o aluno seja promovido à experiências que contribuam para a ampliação do letramento.

Outrossim, é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. O BNCC é:

Um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, BNCC, 2018, p.7)

Assim, vem sendo trabalhado pelos professores regentes de Língua Portuguesa com auxílio dos AAEEs a escrita, leitura, produção de textos, e o trabalho com diversos gêneros do discurso conforme apresentado e sugerido na BNCC utilizando de vários recursos. Relacionada a Língua Portuguesa, a BNCC apresenta uma série de transformações nas práticas de linguagens:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem de atividades de leitura, escrita e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, BNCC, 2018, p.65).

Em relação às competências específicas de Linguagens para o ensino fundamental, a BNCC, dentro de uma perspectiva inclusiva propõe:

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita) corporal, visual, sonora e digital, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. (BRASIL, BNCC, 2018, p.63).

Nessa perspectiva, foram utilizados na unidade escolar, onde a agente de apoio A3 atua, várias narrativas fazendo com que o aluno com deficiência interpretasse juntamente com a ajuda da agente de apoio. Também, foram realizadas debates sobre racismos, femininos, entre outros em sala de aula do oitavo e nono ano, uma forma discutir sobre assuntos que são tratados na oralidade, que de alguma maneira contribuem para desconstruir ideias preconceituosas e mostrar, que apesar das diferenças entre todos, os alunos tendo alguma deficiência ou não, merecem respeito. Ao final das discussões e seminários todos os alunos sentiram-se mais à vontade, para debaterem, inclusive os alunos incluídos, que antes pareciam tímidos devido à abordagem de uma temática social, fora do que eles estavam acostumados a trabalhar.

Um exemplo disso, é o aluno S16 portador da síndrome de Cruzon e deficiência intelectual, antes da chegada da AAEE tinha muita dificuldade de compreensão, porém com ajuda da agente se desenvolveu passando até a inferir nos fatos ocorridos ao seu redor e discutidos em aula. Sua turma estava aprendendo sobre o recurso linguístico de argumentação e a professora utilizou-se de um seminário com o tema racismo e relações étnicos raciais.

Então, o discente ao encontrar sua docente com o esposo, disse que ela era palmiteira por ser uma mulher negra casada com um homem branco. Ele analisou as informações, os argumentos, opiniões e se posicionou de forma crítica utilizando uma linguagem informal, adequada à situação comunicativa.

Sendo assim, vemos que ocorreu a inclusão, através da professora de língua portuguesa e da AAEE graduanda em Letras que conseguiram auxiliar S16 para que ele tivesse desenvolvido competências específicas desta disciplina como: compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. O aluno com a chegada da agente se sentiu mais seguro, confiante e com o tempo passou a ter mais liberdade, independência para se expressar.

Além disso, de acordo com o documento BNCC: “é importante ressaltar a autonomia dos estudantes, proporcionando condições e instrumentos para que possam atuar e interagir em diferentes situações e conhecimentos”. O documento também fala da importância da escola ajudar a construir a trajetória de vida dos estudantes, os aconselhando com relação ao futuro. Uma ação que está inteiramente ligada ao desenvolvimento pessoal e social.

Ademais, no trabalho de produção textual, alguns escritos foram enviados à SMC (Secretaria Municipal de Cultura) para participarem do concurso prêmio literário e serem, posteriormente, escolhidos entre todas as escolas da rede municipal para participarem do lançamento e impressão de um livro com coletânea dos melhores textos das unidades escolares do Rio. Todos os alunos participaram da produção dos textos, inclusive alguns alunos da educação especial: tanto os alunos incluídos como os demais se sentiram valorizados por participarem com suas produções falando sobre o tema “Onde mora o seu preconceito”.

Todo esse fazer pedagógico foi trabalhado pelos professores de português e o agente de apoio com os alunos em sala de aula, assim, podemos analisar que foi um desafio, pois trabalhou com as emoções, opiniões e ajudou a construir conhecimentos dos discentes, principalmente dos alunos incluídos. Desse modo, vemos a superação deles, em que barreiras são vencidas e ocorre inclusão de fato, pois o aluno seja ele com alguma especificidade ou não, sai do seu mundo fechado onde estava e aperfeiçoa seus conhecimentos.

## **6.1 AS ESTRATÉGIAS E RECURSOS UTILIZADO PELOS AGENTES DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:**

Os agentes de apoio, sobre coordenação do professor de português da unidade escolar, produzem vários tipos de práticas didáticas utilizando de algumas estratégias e recursos para auxiliar no aprendizado e conhecimento dos alunos com necessidade especiais no ensino de Língua Portuguesa em sala de aula, como atividades com gêneros, para que eles possam acompanhar a evolução de sua classe, como exemplo:

- Criação de atividades de acordo com a deficiência de cada aluno, por exemplo: trabalho com gêneros do discurso visuais, através de imagens, cores, desenhos, músicas, textos para alunos com déficit intelectual.
- Exercícios, provas, textos e atividades adaptados em caixa alta para alunos com baixa visão.
- Utilização de recursos como o uso do projetor, caixa de som para o ensino em sala de aula, e melhor aprendizagem, desenvolvimento de todos os alunos.

Conforme relatos dos AAEEs as estratégias e recursos utilizados para a realização deste trabalho foram criadas das seguintes formas: conhecimentos adquiridos em suas graduações e/ou pós-graduações, pesquisas na internet, conversas e orientações dos professores regentes, conversas e trocas com colegas de profissão e tentativas de erro e acerto.

O apoio e direcionamento do professor de Língua Portuguesa, assim como as trocas de ideias e experiências entre os agentes de apoio da educação especial é primordial para o êxito do trabalho dos AAEEs e da inclusão e aprendizado do aluno com necessidades especiais. É um trabalho de equipe, um ajudando o outro.



## **6.2 OS DESAFIOS E DIFICULDADES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E/OU LITERATURA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.**

Existem muitas barreiras encontradas pelos professores de língua Portuguesa e seus auxiliares os AAEEs, um grande desafio para os docentes é fazer o aluno sentir-se motivado e querer aprender, porém sua dificuldade encontra-se em como fazer isso. De que maneira se comunicar e ensinar um discente com necessidade especial, que precisam de um cuidado especializado, a qual os docentes não foram preparados?

Para os professores (as) entrevistados a maior dificuldade é a falta de preparo para trabalhar com esses educando, devido não terem em suas graduações nenhuma disciplina voltada para educação especial, assim, eles se sentem sem base para trabalhar com esses discente, tendo a necessidade do apoio dos AAEEs que fazem a adaptação da matéria.

Assim, observamos que no ensino de Língua Portuguesa e/ou literatura os maiores desafios com os alunos com necessidades especiais em sala de aula foram:

- Falta de preparo dos professores, as adaptação dos conteúdos (atividades, exercícios, textos, provas, etc.);
- O tempo curto (50 minutos =hora/aula) para os alunos com deficiência assimilarem o que estava sendo trabalhado (dependendo da sua deficiência);
- Alunos agitados e barulhentos que perturbavam a aula tirando atenção dos demais;
- A falta de conhecimento do grau de intensidade da deficiência intelectual do aluno, pois, cada um apresenta uma especificidade diferente do outro. Além de muitos com dificuldade na leitura ou escrita e outros não alfabetizados.

Dessa forma, são muitas as barreiras e dificuldades encontradas pelos professores e AAEEs em sala de aula com relação aos discentes incluídos, mas graças ao suporte de alguns colegas, suas experiências e/ ou conhecimentos e orientação de alguns dos professores (as) de educação especial nós conseguimos superá-las. Podemos dizer que o nosso trabalho tem sido uma constante troca, experiência e desafio.

### **6.3 MINHAS EXPERIÊNCIAS COMO AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO À DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

Auxílio em todas as disciplinas, porém farei o relato em relação à língua portuguesa. Trabalho com alunos incluídos na oralidade, leitura e interpretação de texto. Os discentes têm dificuldade na leitura, mas busco incentivá-los a lerem os textos e quando são muito extensos os ajudo lendo parte ou relendo para que tenham melhor compreensão.

Nesse sentido, busco na oralidade saber se compreendem o que está escrito, do que se trata a leitura, se eles têm um conhecimento anterior sobre o assunto, pois o conhecimento prévio do leitor é importante para sua compreensão, e quando não reconhecem uma palavra exponho o significado de forma simples, trazendo acessibilidade comunicacional para que possam entender, pois “Os sinais que estão na superfície do texto são elementos imprescindíveis para sua compreensão”. (Antunes, Irlandé, 2003).

Assim, após lermos marcamos as palavras que lhes são desconhecidas e fazemos um vocabulário, em seguida expomos as questões das atividades ou avaliações e suas opções de resposta, uma vez que, a prova da prefeitura do Rio é de múltipla escolha.

Todavia, nem todos discentes conseguem desenvolver a leitura e escrita, pois devido algumas especificidades de sua deficiência a dificuldade é maior. Um exemplo é a C17 que possui a síndrome de Prader Willi , uma das característica dessa síndrome é deficiência intelectual, ela não sabe ler , tem dificuldade de aprendizado, nesse caso trabalho na oralidade, leio o texto e pergunto se entendeu do que se trata, depois questiono quais palavras lhe são desconhecida e exponho os seus significados, em seguida apresento as questões com suas opções de respostas e aguardo que ela me responda qual considera a correta.

Segundo Irlandé, “a oralidade é um dos campos que deve ser explorado nas atividades pedagógicas de ensino de português”, ela expõe: “em determinada dimensão, a oralidade apresenta a mesma dimensão interacional que foi pretendida para escrita e leitura”. Sendo assim, a oralidade é uma das ferramentas importante no meu fazer pedagógico com alguns alunos incluídos. Porém, para isso, preciso de um espaço reservado e mais tempo do que o determinado, o que me é concedido em meu local de trabalho.

Ademais, observamos que muitas vezes os erros que ocorrem na interpretação de texto e demais atividades e avaliações de português advém da falta de conhecimento lexical

dos alunos, pois seu léxico é extremamente pobre, palavras como: oposição, persuasão, perpetuar, fabulosa, rumo e até mesmo grife são desconhecidas pelos discentes. Devido ao vocabulário muito precário acontece uma incompreensão do que lhes é pedido, sendo assim, tem ocorrido esse problema por parte de muitos alunos principalmente do sexto e sétimo ano que acaba contribuindo para as notas baixas nas avaliações bimestrais.

Além disso, os alunos com necessidades especiais e os demais, apresentam dificuldade na leitura e principalmente na escrita. Muitas vezes os alunos me perguntam como escrever determinadas palavras, sendo necessário soletrar ou escrever para que eles possam copiar. Os obstáculos são grandes na escrita, leitura e interpretação textual. Embora, alguns professores tentem investir na leitura esbarram no currículo extenso que precisa ser cumprido e na má vontade dos alunos com relação a isso.

Outrossim, observamos que são muitos textos e questões para serem respondidas nas avaliações bimestrais da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro, porém não há um vocabulário que acompanhe esses escritos e a linguagem exposta não é reconhecida pelas crianças e adolescentes. Talvez a inclusão de glossário referente aos textos e mais atividades de leitura em sala de aula ajudariam nessas questões, pois segundo Irandé: “pela leitura se aprende vocabulário específico de certos gêneros de textos ou de certas áreas do conhecimento e da experiência”. (Antunes, 2003).

“Assim, é que a dificuldade dos alunos para escrever tem sua razão de ser, também, no pouco contato que eles mantêm com textos escritos. Ter acesso a palavra escrita representa a possibilidade de dominar um instrumento de poder chamado linguagem formal. É nessa linguagem formal que, em qualquer país, estão escritos os códigos, as leis, os regimentos, os ensaios científicos, tudo, enfim, que faz parte da organização e do funcionamento dos grupos. Daí o caráter de exclusão do analfabetismo: ele priva as pessoas de um tipo particular de informação.” (Antunes, 2003, p.76).

As escolas em geral possuem pouco tempo reservado para a leitura, os professores precisam ensinar a gramática e deixam a leitura e produção textual de lado, essa parte tão necessária é pouco trabalhada devido à falta de tempo. Desta maneira os alunos deixam de aprender as regularidades próprias da escrita e de expandir seu vocabulário. Na escola onde atuo os professores buscam incentivar o gosto pela leitura e escrita nos discentes. Essa prática é muito relevante, embora muitos não a valorizem.

## 7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada em cinco escolas públicas municipais cariocas pertencentes a 4ª CRE, Inicialmente foram feitos contatos telefônicos e por e-mail. A partir dos contatos, foram explicitados os objetivos da investigação e a solicitação de realizar a pesquisa através de entrevistas.

Conforme Gil (2012) a entrevista possibilita ao investigador obter dados que são importantes através da formulação de perguntas, havendo um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado que resulta em informações, sendo possível obter dados importantes e em profundidade. Com relação à pesquisa documental foram utilizadas algumas das legislações brasileiras, teses e artigos que falam sobre o tema.

A pesquisa e entrevista ocorreram entre junho e julho de 2022, a partir do contato com os AAEEs e também do acesso direto da pesquisadora com alguns dos profissionais da direção e professores. A seguir são apresentados os participantes, identificando-as pelas siglas A1, A2, A3, A4 e P1, P2 e P3 para que seja preservado o anonimato.

O questionário foi aplicado para os agentes de apoio da Educação Especial, professores de Língua Portuguesa, coordenador pedagógico e diretor adjunto, profissionais de cinco unidades educacionais no município do Rio de Janeiro. Todos funcionários da SME-RJ, eles receberam as questões através de e-mail e pesquisa via telefone e ou pessoalmente.

Temos abaixo o perfil dos entrevistados, a fala de alguns profissionais e as análises dos dados investigados para obtermos os resultados da pesquisa e algumas reflexões a respeito do assunto que foi tratado. A entrevista na sua integralidade pode ser vista no apêndice B do presente trabalho.

### 7.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTADO	IDADE	SEXO	TEMPO ATUAÇÃO	ALUNOS AUXILIADOS
A1	37	FEMININO	3 ANOS	20 alunos
A2	25	FEMININO	3ANOS	4 alunos
A3	48	FEMININO	3 ANOS	9 alunos
A4	49	FEMININO	3 ANOS	3 alunos
P1	36	MASCULINO	17 ANOS	
P2	49	FEMININO	25 ANOS	
P3	50	MASCULINO	20 ANOS	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Observamos que, A1 é graduada em licenciatura: Letras Português-Literaturas e possui curso normal, A2 possui graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia, Neuroeducação e Educação Inclusiva, A3 está concluindo licenciatura em Letras Português-Literatura; A4 possui formação em Pedagogia, curso sobre TEA, pós-graduação em Neuropsicopedagogia.. Do mesmo modo, os alunos quando citados serão identificados pela inicial do nome e sua idade.

Ademais, uma característica em comum aos participantes é que são na maioria mulheres, o que é uma característica predominante no exercício da educação do ensino fundamental. Também, vemos que todos entrevistados são profissionais da área de educação, com graduação em Licenciatura e alguns com pós-graduação; uns recém chegados como o caso dos Agentes de Apoio da Educação e outros com mais de 20 anos de experiência. Desse modo, são pessoas que vivem o dia-a-dia no chão da escola e conhecem todas as dificuldades para trabalhar com alunos portadores de necessidade especiais.

Além disso, em relação aos profissionais de apoio da educação especial foi observado que todos os entrevistados ingressaram no período final de 2018.

A1 já era profissional da educação da SME exercendo outra função, porém já tinha ideia de como era trabalhar com crianças e adolescentes com necessidades especiais. Os demais concursados embora fossem formados na área da educação, todavia uma grande parte não tinham conhecimento do fazer educacional para alunos com necessidades especiais.

A2 atuava como estagiária de pedagogia, e enfrentou dificuldades no primeiro mês de trabalho: “No início minha aluna teve dificuldade em me aceitar.” A entrevistada já tinha trabalhado com crianças com necessidades especiais, não sendo seu primeiro trabalho com crianças com deficiência descrevendo que “[..] *é uma coisa muito boa, porém muito trabalhosa, mas com amor e persistência tudo deu certo*”. Também refere que não foi muito bem recebida na escola, talvez por causa de sua pouca idade, tudo era estranho, mas é algo que ela gosta “[..] *é bom estar com eles, é bom ensinar, no início era apenas uma menina, hoje são 4 alunos incluídos*”.

A inserção de A3 também não foi fácil, a única experiência que tinha era como explicadora. “No começo foi bem desafiador, porque de imediato auxiliei um adolescente muito alterado que tinha Autismo, deficiência intelectual e deficiência física. Então foi muito difícil, tem todo um processo de conhecer a escola, como funcionava, precisei aprender na prática como trabalhar, pois não houve um preparo prévio, apenas uma palestra. Nos primeiros meses de adaptação não estava nada bem, apesar de ser bem recebida pela direção e todos os funcionários da escola, perdi 4 quilos em uma semana e pensei em desistir”.

A5 iniciou a atuação com uma aluna cadeirante que tinha microcefalia, essa estudante precisava de auxílio nas atividades de higiene e alimentação, tarefas que eram de responsabilidade da agente. “Foi muito difícil e desgastante, não tinha um local adequado para higiene da aluna e não fui bem recebida pelos funcionários escola”.

Observamos que, A1 e A2 já possuíam alguma vivência em unidades escolares e com crianças incluídas, já as outras entrevistadas, apesar de serem estudantes de graduação na área de educação, não possuíam experiência anterior com crianças portadoras de necessidade especial e a realidade escolar. Assim, suas colocações expressam o desafio e dificuldades ao iniciarem sua atuação na escola, bem como a insegurança do trabalho a ser feito com os alunos, pois não possuem experiência e compreendem suas atribuições apenas como pedagógicas, conforme se observa a seguir:

A3: *“Mas não é que tenha que ter formação, porque quando tu chegas na escola, a lei exige que tenha um apoio à inclusão, mas não diz que o apoio tem que ser especializado”. A maioria das escolas nem apoio têm, então o que acontece? “No ano passado, foi enviado para um dos alunos uma jovem universitária da UERJ que era estagiária e me ajudava bastante, mas não tinha experiência, não tinha informação de como lidar com eles, então ela fazia como eu no início, ia dançando conforme a música”.*

Nessa perspectiva, conforme os dados coletados e através das observações dos questionários respondidos pelos colegas AAEEs, professores, profissionais da direção escolar e da minha própria atuação, vemos as práticas efetuadas por esses profissionais numa visão inclusiva no ensino de Língua Portuguesa. Segundo análise dos relatos dos agentes de apoio e professores de Português, observamos que os alunos incluídos, participavam das atividades junto com todos os colegas da sala de aula, sendo que, algumas vezes, principalmente nas atividades de produção textual, tinham a presença do (a) agente de apoio.

Entretanto, isso era conforme a situação de cada aluno, pois cada um tem a sua particularidade precisando ou não o acompanhamento do profissional da Educação Especial. De acordo com as informações coletadas com a maioria dos agentes de apoio, os alunos com necessidades especiais conseguiam ou não acompanhar o desempenho da turma, dependendo da sua deficiência.

Assim, os conteúdos trabalhados e as atividades realizadas em sala de aula pelo professor (a) de português eram feitas com todos estudantes, na maioria das vezes, mas os alunos incluídos também faziam atividades diferenciadas proposta pelo docente ou AAEE, como: recortes, colagens, jogos didáticos, sempre com ajuda do agente.

Desse modo, analisamos que são muitas as dificuldade e barreira no trabalho com alunos com necessidades especiais, além disso, nem todas graduação em Letras dispõe de disciplinas específicas tratando da Educação Inclusiva, em algumas faculdades existe uma eletiva falando do assunto e, isso dificultou a experiência na sala de aula com esses alunos.

Outrossim, os dados encontrados nas pesquisas colaboram, esclarecem e contribuem sobre o papel do agente de apoio da educação especial, suas atribuições e como ele é visto, como auxiliam no ensino de Língua Portuguesa na educação Inclusiva e a promoção de

práticas pedagógicas visando os alunos público alvo da educação especial para a superação das dificuldades no ensino e aprendizagem.

De acordo com as pesquisas, observamos que aos poucos e com ajuda de todos os envolvidos na área de educação, com suas respectivas atribuições e deveres, sejam eles os órgãos públicos responsáveis pelas políticas direcionadas à Educação Inclusiva, os professores do Ensino Fundamental, professores de Educação Especial, os agentes de apoio, os alunos com ou sem necessidades especiais, as famílias e a sociedade em geral; se todos lutarem por um ensino de qualidade, capacitações, uso de materiais didáticos e materiais de apoio específicos a inclusão poderá ocorrer de fato.

Dessa maneira, todos precisam ter o mesmo objetivo e cooperar, não podemos ter um olhar diferenciado ou discriminatório para pessoas com deficiência, pois mesmo tendo limitações ou dificuldades, devem ser valorizados pelas habilidades que possuem e não pelo que lhes falta.

Além disso, devemos pensar: como essa pesquisa pode influenciar os docentes em seu trabalho? Até quando se pode relacionar a não inclusão escolar à falta de formação profissional para lidar com os alunos público-alvo da educação especial? Como os AAEs podem auxiliar os professores e os alunos incluídos? Como os alunos sem deficiência devem se relacionar com os alunos que possuem necessidades especiais? São muitas questões para serem refletidas.

Nesse sentido, já temos algumas respostas, por exemplo observamos que a presença de alunos com necessidades especiais na sala de aula, juntamente com o apoio vai fazer com o que os discentes sem deficiência saibam interagir com eles, pois é através da comunicação e do ensino-aprendizagem, que haverá uma interação social e a inclusão destes discentes na escola e na nossa sociedade, fazendo com que eles não se sintam menosprezados, nem sofram preconceito.

Sendo assim, os professores da disciplina de Língua Portuguesa participantes dessa pesquisa reconhecem que com ajuda dos AAEs e adaptação do currículo regular é facilitado o ensino e aprendizagem dos conteúdos de Língua Portuguesa para os alunos com necessidade especial.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a atuação dos profissionais de apoio no contexto da escola pública de ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto foi desenvolvida investigação qualitativa e exploratória, tendo como instrumentos para coleta de dados entrevista e pesquisa documental.

Assim, os profissionais de apoio que atuam na inclusão no município carioca são denominados Agentes de Apoio da Educação Especial – o nível de escolaridade exigido no concurso foi médio regular, porém muitos são graduados na área da educação. Os resultados indicam que os profissionais de apoio atuam pedagogicamente junto aos alunos, pois participam do planejamento, adaptam atividades e os auxiliam nas tarefas de sala de aula, além de alguns auxiliarem nas tarefas de higiene e alimentação.

Os entrevistados entendem como fundamental possuírem formação para atuarem no contexto de inclusão. Assim, é necessário que seu município realize capacitação para a atuação como profissional de apoio, ofertando palestras e encontros com profissionais da saúde e com outros.

Por conseguinte, algumas informações que foram descritas pelos entrevistados mostram a precarização do trabalho no espaço escolar carioca, o cenário de atuação do profissional de apoio pesquisado reflete de certa forma, o ambiente de formação da escola para todos em nosso país. Existe a elaboração de dispositivos legais muitas vezes desacompanhados de políticas públicas de formação dos profissionais, assim como a não participação destes na criação de soluções e condutas sistemáticas que assegurem a inclusão.

Observamos as barreiras de alguns professores de língua portuguesa e AAEEs, em trabalhar a disciplina de português com alunos incluídos devido à falta de preparo nas universidades. Desse modo, esse trabalho dos AAEEs é de grande importância para que seja discutido nos cursos de graduação, pois podemos apontar que muitos docentes de língua portuguesa tem dificuldades em lecionar para alunos com necessidades especiais.

Em relação ao ensino de Língua Portuguesa e inclusão percebe-se que os desafios são muitos e diariamente, sempre será preciso observar os alunos com necessidades especiais, suas dificuldades, habilidades, para que os profissionais de educação possam perceber quais

estratégias e recursos são adaptáveis para o uso no ensino de português, que faça o aluno compreender o que está sendo ensinado e desenvolvido.

Mesmo assim, analisamos que a atuação dos AAEEs nas salas de aulas regulares, com todos desafios, precariedade e desvalorização tem feito uma grande diferença na vida destes alunos promovendo a inclusão, pois procuram trazer acessibilidade e conhecimentos a eles, criando várias estratégias nas disciplinas de português como também nas demais.

Nesse sentido, observamos que de acordo com a pesquisa o papel do Agente de Apoio no âmbito escolar é de grande importância, e a necessidade do seu trabalho é de extrema relevância. Assim, como foi exposto a urgência em estabelecer o valor desses profissionais com uma maior definição e diferenciação da função e como parte integrante de uma rede de apoio à inclusão escolar e não apenas como um cuidador.

Sendo assim, segundo esse trabalho, vemos que os AAEEs desejam mudanças começando por um salário digno e condizente com suas funções, além de adequação da escolaridade do cargo para normal médio ou superior na área de educação; cursos de capacitação, diminuição da carga horária e redução do número excessivo de alunos atendidos por apenas um profissional.

Outrossim, conforme a fala dos entrevistados entende-se que sem o agente de apoio a inclusão corre o risco de não acontecer, pois ele divide com o professor a responsabilidade do aprendizado dos alunos com necessidades especiais é auxílio para os alunos e docentes, porque acompanha diretamente os discentes e contribui dando informações sobre o seu desenvolvimento.

Portanto, essa pesquisa procurou expor o papel do Agente de Apoio da Educação Especial no município do Rio de Janeiro, suas atribuições, experiências de como auxiliam na inclusão da língua portuguesa e seus anseios. Os AAEEs esperam que a legislação seja mudada, normatizando a função, o piso salarial, e a escolaridade dos profissionais. Desse modo, desejam que em um futuro próximo ocorra uma inclusão de fato, não apenas a presença de alunos com necessidades especiais nas unidades escolares excluídos em vez de incluídos.

## REFERÊNCIAS:

AAIDD. Definition of mental retardation. (2010). Disponível em: [http://www.aamr.org/polices/faq\\_mental\\_retardion.shtml](http://www.aamr.org/polices/faq_mental_retardion.shtml). Acesso 25/08/22

ANTUNES, Irandé. Aula de Português encontro & interação, São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Secretaria da Educação Básica. Brasília: 2018. Disponível: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 22 julho 2022.

Da Silva, Simone Gonçalves de Lima. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: DAS POLÍTICAS AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: 2008.

DRAGO, R. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

GOFFREDO, V. L. F. S. A escola como espaço inclusivo. In: BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação a Distância - SEED. Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GONÇALVES, A. G.,; RIBEIRO, M. C. M. Sobre o Ensino de Língua Portuguesa e de Libras na Escola Inclusiva: a perspectiva dos alunos surdos envolvidos. 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/8094>. Acesso em 20 julho/2022.

Instituto Municipal Helena Antipoff - E/IHA - Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/sme/iha> acesso 22/07/22

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) acesso 23/08/22

Lei n.º 10.436 de 24/04/2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 22 de julho de 2022.

Lei nº 6.432 de 20 de dezembro de 2018. - Lei Ordinária. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/Legislativos> acesso 23/08/22.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em : [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso dia 24/07/22

Lei 5623 de 1 de outubro de 2013. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos>. Acesso 27/07/22

LEITE, S. A. da S. O fracasso escolar no ensino de primeiro e segundo grau. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos, v.69, n.163, p.510-540, setembro/dezembro, 1997.

LIMA, A. L. S; DANTAS, C. V. Alfabetização e letramento: um estudo de caso nos primeiros anos do ensino fundamental na escola pública de Jandira. Revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 33, p.387-405, 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> acesso dia 24/0/22.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) acesso 23/07/22

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> acesso dia 23/07/22

ROSSATO, S. M.; CONSTANTINO, E. P.; MELLO, S. A. O ensino da escrita e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. Psicologia em estudo, Maringá, v.18, n. 4, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Prefeitura do Rio. Disponível em  
<https://www.rio.rj.gov.br/web/sme> acesso dia 21/07/22.

SCHREIBER, Dayana Valéria Folster Antonio. Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SCHELP, P. P. Letramento e Alunos Surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva.2009. Disponível em : [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2923\\_1369.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2923_1369.pdf) Acesso em 20 julho 2022.

SILVA, S. Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das políticas as práticas pedagógicas. 2008. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91989/249821.pdf?sequence=1>  
 Acesso em: 19 julho 2022.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO:

1. Os Agentes de Apoio à Educação Especial contribuem para o rompimento de barreiras comportamentais, de aprendizagem dentre outras?
2. Os Agentes de Apoio da Educação Especial promovem processos de inclusão?
3. Os Agente de Apoio da Educação Especial são parte do pedagógico ou são cuidadores?
4. Como os AAEEs trabalham a inclusão na disciplina de Língua Portuguesa?

## APÊNDICE B - Entrevista Transcrita

### **1) Os Agentes de Apoio à Educação Especial contribuem para o rompimento de barreiras comportamentais, de aprendizagem dentre outras?**

*A1: “Os AAEEs são essenciais no rompimento de barreiras comportamentais e ensino/ aprendizagem. Entretanto, muitos profissionais da rede são vistos, nos seus locais de trabalho, como cuidadores, tirando de nós a importância pedagógica do cargo.*

*A2: “Sim, os AAEE tem uma visão privilegiada das potencialidades, limitações e dificuldades das crianças que acompanham em sala de aula. Isso é de grande valia para uma trabalho colaborativo com os professores regentes de classes regulares, pois ambos conseguem desenvolver trabalhos e atividades individuais e coletivas para ampliar as potencialidades e diminuir as barreiras. Sendo assim, a atuação dos AAEE no contexto pedagógico, contribui para o rompimento de ideias pré-concebidas e capacitistas que dificultam o desenvolvimento pleno das crianças que historicamente foram excluídas do ambiente escolar.”*

A3: *“Acredito que sim, pois ao iniciar meu trabalho o aluno S1 era agressivo, falava muitos palavrões, sentava sobre as mesas, brigava com os meninos, vivia fazendo massagem nas meninas e não fazia as tarefas escolares, dessa forma era visto como indisciplinado e com notas muito baixa. Conversei com adolescente, observei que o motivo de sua agressividade era porque os meninos implicavam com ele, escondiam seus materiais. Assim, não permiti que isso ocorresse mais e aos poucos o comportamento do aluno foi mudando. S1 nunca mais falou palavrões na escola, parou com a indisciplina e passou a prestar atenção nas aulas, com isso se desenvolveu teve um bom aprendizado, suas notas melhoraram e no último ano foi homenageado como um dos três alunos destaques de toda escola sendo aplaudido por todos. Foram três anos de trabalho, porém já no primeiro ano as mudanças foram visíveis o que deixou todo corpo docente e a direção escolar muito feliz, e eu mais ainda”*.

A4: *“Em parte alguns comportamentos podem ser moldados quando de aspectos emocionais, pois atitudes que são causadas por algum transtorno fogem da competência do agente e da escola, muitos alunos não têm tratamentos e tão pouco acompanhamento por terapeutas, não fazem uso de medicação para o controle da agressividade. Entendo que a relação entre a saúde e educação é indissociável, a família é fundamental para o processo de aprendizagem da criança e tem de se conscientizar disso, mas infelizmente há descaso dos responsáveis em buscar auxílio sobrecarregando a escola de obrigações que não são suas”*.

P1: *” Os agentes contribuem muito para o rompimento de barreiras comportamentais porque estão mais próximos dos alunos observando as reais necessidades e assim prestando melhor auxílio”*.

P2: *“Os agentes contribuem para que os alunos consigam romper as barreiras comportamentais, pois facilitam seu acesso, socialização e aprendizado”*.

P3: *“A presença dos AEEs traz segurança devido ao fortalecimento da autoestima, a possibilidade real de evolução cognitiva e também atenção exclusiva, que, no geral, o aluno especial não tem. Desse modo ele passa a ter uma motivação porque o agente o atende de forma personalizada o que garante o feedback cotidiano, não tendo que se comparar aos outros discentes, o que facilita o processo de ensino-aprendizagem”*.

## 2) Os Agentes de Apoio da Educação Especial promovem processos de inclusão?

A1: *“Sim, em meio a muitos conflitos e dificuldades somos transformadores, procuramos promover a inclusão visando sempre o melhor para as crianças com necessidades especiais”.*

A2: *“Sim, eu acompanhava uma criança com transtorno global de desenvolvimento e mutismo seletivo, isto é, falava somente com a mãe e seus irmãos. Na aula de educação física sempre ficava de lado, nunca era escolhido para o jogo de queimada, mas quando ocasionalmente era selecionado para jogar ficava totalmente à parte, apenas desviando da bola. Até que eu comecei a incentivar as outras crianças a incluí-lo ativamente na brincadeira, eu gritava: queima ele, queima ele. Sendo assim, as crianças começaram a interagir com ele, ficando todos impressionados quando viram que o aluno com necessidade especiais agarrava a bola e queimava as crianças do time adversário fazendo sua equipe vencer. A partir daquele dia ele passou a ser escolhido sempre para fazer parte da atividade, sendo inclusive disputado pelos grupos. Tudo isso aconteceu graças ao olhar atento de uma agente que promoveu a oportunidade daquela criança de participar efetivamente de sua atividade tirando-a do anonimato”.*

A3: *“Buscamos promover a inclusão, porém nem sempre é possível, pois o processo de inclusão não depende apenas dos AAEEs que buscam auxiliar o aluno para que seja incluído no contexto escolar, mas também depende dos professores que muitas vezes estão muito atarefados com uma turma de quarenta alunos indisciplinados e acabam esquecendo o aluno público alvo da Educação Especial. Outros docentes por não terem experiência e nem aprendizado acadêmico não sabem o que fazer e outros que simplesmente os ignoram, não tenho um planejamento ou currículo adaptado. Também depende da boa vontade política de profissionais qualificados, espaço, acessibilidades que muitas vezes na prática não ocorre. Desse modo, o agente atua para que o aluno seja incluído em atividades escolares, muitas das vezes até pedindo ou brigando por isso, mas nem sempre é atendido”.*

A4: *“Sim, este cargo foi criado para promover a inclusão, estamos ali para mediar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais, porém para que esse processo seja efetivo é necessário que o profissional tenha uma qualificação específica na área de educação inclusiva, conhecer os transtornos, síndromes, conhecer a base neurobiológica do sistema nervoso e a relação com a aprendizagem, além das práticas*

*pedagógicas interventivas. Infelizmente a inclusão é feita de qualquer maneira, apenas para cumprir a legislação, não levando em consideração as especificidades do educando; tenho visto em salas de aulas professores sem saber o que fazer muitos não dão importância, e não fazem um plano de aula individualizado”.*

P1: *“Os AAEEs promovem inclusão, pois tomam conhecimento do ambiente onde os incluídos estão e assim facilitam situações para que os mesmos estejam engajados e motivados”.*

P2: *“Com auxílio dos AAEEs os alunos com necessidades especiais conseguem acesso e inclusão, pois os professores regentes sozinhos não conseguem realizar essa tarefa; por isso é de grande importância a presença desses profissionais para que realmente a inclusão ocorra e tenha um bom andamento do trabalho educacional”.*

P3: *“Sim, porque quando se dá o atendimento, há a possibilidade real de o aluno especial sentir-se capaz de acompanhar a turma e desse modo incluído. Não somente as habilidades cognitivas são estimuladas, mas também a sociabilidade, porque os AAEE’s também dão apoio no sentido do alunado conquistar amigos e participar efetivamente da turma, quando é estimulado a participar de grupos de estudos, de apresentação em seminários, em leituras em voz alta, de participar de jogos na quadra e etc”.*

### **3) Os Agente de Apoio da Educação Especial são parte do pedagógico ou são cuidadores?**

A1: *“Somos pedagógicos, assumimos a função de professor, porém não temos reconhecimento como tal”.*

A2: *“Acredito que esta é a pergunta da maioria dos agentes que ainda permanecem no cargo, pois existe um alto nível de exoneração entre nós devido a esta insegurança a respeito do que somos e o que devemos fazer. A verdade é que ninguém sabe o que realmente devemos fazer, estamos encurralados nessa função, somos o que? Devemos fazer o que? O coletivo dos agentes de apoio tem lutado para serem reconhecidos como parte do pedagógico, pois não basta apenas garantir o acesso do aluno com necessidades especiais, é preciso assegurar a permanência, autonomia, o desenvolvimento e aprendizagem desses discentes. As autoridades só querem manter o acesso, não pensam na potência que é ter um*



*profissional que esteja junto do aluno acompanhando seus passos fazendo um trabalho colaborativo com o professor e direção escolar.*

*“É preciso um profissional que tenha um olhar atento aos incluídos, pois um docente com quarenta alunos não tem como dar atenção individualizado a esses discentes com necessidade especiais, seria uma violência com esse professor regente ser ciente de tudo, são muitos conflitos. Sendo assim, nos vejo como pedagógico, a pessoa que está em sala de aula, observando as limitações e potencialidades, apoiando os incluídos, seja com deficiências, transtornos, altas habilidades ou superdotações, auxiliando esses alunos num trabalho de parceria com os professores regentes. Assim, todos nós os AAEEs somos pedagógicos, porque garantimos a permanência e participação efetiva desses discentes público Alvo da Educação Especial nos espaços escolares regulares”.*

*A3: “Somos pedagógicos, atuamos em sala de aula auxiliando os alunos da Educação Especial em suas atividades escolares, muitas vezes reexplicando aquilo que foi passado pelo professor regente, para que os discentes possam fazer suas tarefas. Aplicamos provas para os incluídos, auxiliamos na adaptação de pesquisas, exercícios, avaliações e ajudamos na interpretação do que é pedido pelo professor, levando acessibilidade comunicacional para que os alunos incluídos possam compreender o que lhe é pedido e assim executar suas atividades. Ademais consta na lei nº 6.432, de 20 de dezembro de 2018 que os AAEEs são profissionais de apoio pedagógico”.*

*A4: “Fazemos parte do pedagógico, porém desde a criação o cargo foi feito de maneira errada, com objetivo de não pagar um salário adequado, pois em alguns estados a nomenclatura é professor de apoio, porque para atuar em sala de aula é necessária uma formação de professor como está na LDB. Dessa forma, como quem está atuando na educação infantil irá mediar se não tiver conhecimento e habilidades profissionais para alfabetizar? Como se não tiver capacitação e não entender como funciona a aprendizagem de um TEA, DI ou qualquer outro comprometimento que o aluno incluído tenha. A nossa atribuição vai muito além de meros cuidadores, pois auxiliamos o professor regente no ensino dos alunos com necessidades especiais.”*

*P1: “São parte do pedagógico porque o acompanhamento é observando e compreendendo a aprendizagem”.*

P2: *“São pedagógicos, pois participam junto com professor do processo de ensino e aprendizagem desses alunos”.*

P3: *“São profissionais fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, ultrapassando qualquer conceito ligado a apenas ao papel de cuidadores. Os AAEE's são fundamentais como elos entre os alunos e os professores titulares, facilitando essa conexão. Atuam diretamente como parte do pedagógico, na construção dos conceitos que o aluno precisa para se sentir incluídos”.*

#### **4) Como os AAEEs trabalham a inclusão na disciplina de Língua Portuguesa?**

A1: *“Como sou formada em Língua Portuguesa acredito ser mais fácil trabalhar essa disciplina com os alunos incluídos. Trabalho a leitura, escrita e gramática em sala de aula e fora dela, após a ministração da aula da professora regente em um ambiente separado faço a revisão da matéria e depois fazemos a atividade proposta pela professora. Em alguns casos é necessário fazer adaptação dos exercícios e provas devido à dificuldade de cada aluno”.*

A2: *” Faço adaptação dos exercícios, trabalho com gêneros do discurso visuais, através de imagens, cores, desenhos, músicas, textos para alunos com déficit intelectual; uso do projetor, caixa de som para ele usar o lado sensorial para assimilar melhor e entender o que está sendo ensinado e facilitar a construção do conhecimento. Os conteúdos trabalhados pela professora regente são realizados em sala de aula com todos os alunos, na maioria das vezes, mas também fazemos outras atividades diferenciadas, como: recortes, colagens, jogos didáticos para auxiliar no aprendizado da disciplina. Através do lúdico tenho visto o desenvolvimento de S7”. O conhecimento que adquiri na graduação e pós graduação foi muito importante para minha prática pedagógica.*

A3: *“Como graduanda em Letras procuro colocar em prática aquilo que foi ensinado na faculdade, porém como se trata de alunos com necessidades especiais é necessário fazer adaptações. Nas atividades de produção textual, leitura e interpretação de texto é preciso meu auxílio para que eles possam entender o que está sendo pedido e realizar as tarefas. Para aluna com baixa visão às provas, textos, atividades, exercícios são adaptados em caixa alta, porém ela faz sem minha ajuda. Infelizmente, alguns discentes devido às particularidades de sua deficiência não conseguem acompanhar mesmo sendo feitas*

*adaptações. Alguns apenas copiam, mas não sabem escrever, outros não sabem ler e nem escrever. Nesse caso trabalho apenas com a oralidade como o caso da C17”. O conhecimento da graduação, as trocas com os colegas de profissão e a leitura de artigos na internet tem me ajudado no meu fazer pedagógico.*

*A4: “Eu trabalho leitura e produção textual de narrativa com imagens para facilitar a compreensão e interpretação dos alunos incluídos. Faço adaptações de exercícios e provas para que o discente possa realizar sua tarefa. Também, auxilio a professora na utilização do projetor, caixa de som para o apoio e melhor assimilação, apresentando vídeos e músicas para ensinar o conteúdo que é abordado em sala de aula para todos alunos e especialmente os com necessidades especiais”. As dicas e apoio do professor de português me ajudam muito.*